

**JUSTIFICATIVA INEXISTÊNCIA ESTUDO TÉCNICO
PRELIMINAR - ETP**

Considerando o Decreto Municipal Nº 136/2021, de 01 de setembro de 2021, que regulamenta a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Aliança do Tocantins – TO, com fulcro no Art. 8º, inciso I, do Decreto acima citado, “fica no âmbito municipal a elaboração de Estudo Técnico Preliminar opcional nos casos de contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação.”

Diante do exposto, fica claro que a contratação que se refere a Solicitação nº 17670 de 02 de janeiro de 2023, está desobrigada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Aliança do Tocantins, 16 de janeiro de 2023.

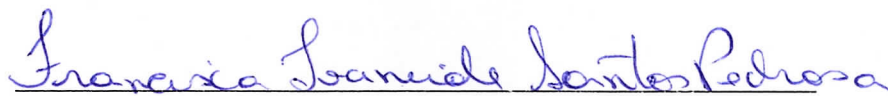

JOSIEL ANTONIO BERTICELLI
SECRETARIO DA SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE INEXISTÊNCIA DE ANÁLISE DE RISCO

A nova lei de licitações e contratos administrativos 14.133/21 confere especial importância à etapa de planejamento das contratações públicas. Orienta o gestor sobre os itens que devem analisar para assegurar uma licitação robusta. Neles se destaca a chamada "matriz de riscos", instrumento relevante da etapa instrutória do processo de licitação.

Considerando que a elaboração da **Análise de risco é facultada** para os casos de dispensa de licitação previstos nos incisos I, do art. 72 da Lei nº 14.133/21. "I - documento de formalização de demanda e, **se for o caso**, estudo técnico preliminar, **análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo", fica claro que a contratação que se refere a Solicitação nº 17670 de 02 de janeiro de 2023, está desobrigada a elaboração da Análise de risco, em razão do valor ser inferior ao previsto no inciso II, Art. 75, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Secretaria Municipal de Saúde, Aliança do Tocantins - TO, 16 de janeiro de 2023.



Francisca Ivaneide Santos Pedrosa
Responsável

FRANCISCA IVANEIDE S. PEDROSA
DIRETORA DE GESTÃO DE COMPRAS
DECRETO Nº 37/2022